

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.840 - MS (2019/0113119-7)

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : S S DA S
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : W R D
ADVOGADOS : ADEMIR ANTÔNIO CRUVINEL - MS005540
MURILLO PEREIRA CRUVINEL - MS015109

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por S. S. da S. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, ataca acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DA ALTERAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE - REDUÇÃO DO VALOR DA PRESTAÇÃO ALIMENTAR - PEDIDO QUE NÃO DEVE SER INTERPRETADO RESTRITIVAMENTE - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Não há como ser afastada a obrigação de prestar alimentos à ex-companheira, ainda que se considere o decurso de tempo, considerando não ter ficado demonstrada a alteração da condição financeira do alimentante e a desnecessidade da alimentada. Por outro lado, possível a redução desse valor, porquanto o pedido formulado pelo autor não deve ser interpretado restritivamente e as circunstâncias apresentadas no correr da instrução, como a idade avançada do requerente, o fato de ter constituído nova família e a falta de interesse da demandada em apresentar provas da sua situação financeira, autorizam tal providência" (e-STJ fl. 247).

No especial, o recorrente alega violação dos artigos 9, 10, 322, § 2º, e 492 do Código de Processo Civil de 2015 e 1.694, § 1º, do do Código Civil. Sustenta que tendo sido feito pedido de exoneração de alimentos, a decisão que determinou a sua redução constitui julgamento *extra petita*.

Além disso, aduz que não foi intimada a se manifestar sobre a diminuição dos alimentos, o que configura cerceamento de defesa e decisão surpresa.

Por fim, alega que não restou demonstrado que tenha havido mudança na situação financeira do recorrido nem na atual condição da recorrente.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Verifica-se que as matérias versadas nos arts. 9 e 10 do CPC/2015 não foram objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, e não foram opostos embargos declaratórios com a finalidade de sanar vício porventura existente.

Assim, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 282/STF: *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."*

No tocante à redução dos alimentos dados à ex-companheira, o acórdão hostilizado ressaltou:

""(...) Também, é de se ressaltar que, no momento em que foi firmado acordo para o pagamento do pensionamento (no ano de 2009), não se cogitou da possibilidade de os alimentos serem estabelecidos de maneira transitória. Ademais, com o passar do tempo, e o incremento da idade da ex-companheira, por certo que a sua inserção no mercado de trabalho, para obter renda que lhe garanta o sustento, se toma dificultosa.

Outrossim, ficou demonstrado nos autos, durante o curso da instrução processual, principalmente por meio dos depoimentos testemunhais, que a recorrida nunca exerceu atividade remunerada e sempre se dedicou as trabalhos domésticos durante o período de convivência.

Diante disso, ao menos neste momento, não há meios de se afastar a obrigação alimentar.

Por outro lado, em que pese, o pedido formulado na inicial não ter sido exatamente nesse sentido, mostra-se razoável a redução dos alimentos, deferindo-se o pleito em menor extensão do que se postula.

Não há dúvidas de que o pedido deve ser certo e a regra é que o magistrado não pode conceder nada além e nem diferente daquilo que foi pedido. (artigo 492, do CPC3). Todavia, 'A certeza do pedido não significa, no CPC de 2015, que ele deva ser interpretado de maneira restritiva, diferentemente do que o art. 293 do CPC de 1973 determinava de maneira expressa. O § 2º do art 322 dispõe que a sua interpretação considerará o 'conjunto da postulação' devendo observar também o princípio da boa-fé (art. 5º). Trata-se de viabilizar ao magistrado que leve em conta tudo o que é alegado na petição inicial e, não necessariamente, no local por ela indicado como 'pedido' (...).' No presente momento deve se considerar a idade em que se encontra o apelante (nascido em 1946) e o fato de ter constituído nova família (contra o qual não se insurgiu a requerida) o que, por certo, traz influência em sua situação financeira.

Do mesmo modo há de se atentar o longo tempo em que tramita a demanda e que houve grande dificuldade em localizar a requerida para que se processasse a sua citação e, apesar das diversas tentativas do juízo, todas restaram infrutíferas. A ação foi proposta em junho/2013 e apenas em março/2016 a apelada compareceu em cartório requerendo a senha do processo, que lhe foi fornecida, conforme certidão de fls. 126.

Ainda assim, a parte demandada foi considerada revel, pois após referido ato, não mais se manifestou nos autos, sendo nomeada a

Superior Tribunal de Justiça

Defensoria Pública Estadual para o patrocínio de seus interesses. (fls. 128/129). Além disso, verifica-se que apesar de o apelante deixar de adimplir com o valor dos alimentos por mais de dois anos, a ex-companheira, por seu turno, somente mostrou interesse em ver as prestações quitadas, após a realização de audiência (em 13/06/2017) nesta demanda, momento em que ajuizou ação de cobrança de alimentos (em 12/07/2017).

(...)

*Por tais razões, ainda que o autor não tenha comprovado devidamente a alteração do binômio necessidade possibilidade, mas **tomando em conta a situação acima delineada, devem ser reduzidos os alimentos para o valor de meio salário-mínimo mensal, a partir da publicação da presente decisão***" (e-STJ fls. 250/252).

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: “a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

"ALIMENTOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS. SÚMULA N. 7/STJ. OMISSÃO NO ACÓRDÃO PROFERIDO PELA CORTE ESTADUAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Aditem-se como agravo regimental embargos de declaração opostos a decisão monocrática proferida pelo relator do feito no Tribunal.

Princípios da economia processual e da fungibilidade.

2. Conclusão diversa daquela obtida pelo Tribunal de origem acerca da alteração das condições financeiras ou da configuração do binômio necessidade/possibilidade para concessão de pensão alimentícia encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

3. A parte, em sede de agravo regimental, não pode, em face da preclusão consumativa, alegar omissão no acórdão proferido pelo Tribunal de origem, se não indicou violação ao art. 535 do CPC nas razões do recurso especial.

4. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento"

(EDcl no AREsp 72.766/DF, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 25/11/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. ALTERAÇÃO. VERIFICAÇÃO DO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE.

PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS ÀS REPARTIÇÕES. NÃO COMPROVAÇÃO DA SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS.

1. A eg. Corte Estadual entendeu por negar a redução do valor da pensão alimentícia com esteio nos elementos de prova constantes dos autos, enfatizando a observância do binômio necessidade/possibilidade. Nesse contexto, a alteração desse entendimento, tal como pretendida, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7 do STJ, que dispõe: 'A pretensão de simples reexame de prova

Superior Tribunal de Justiça

não enseja recurso especial.' 2. Para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a perfeita similitude fática entre o acórdão impugnado e os paradigmas colacionados, o que, no caso, não ficou evidenciado, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, § 2º, do RISTJ.

3. 'É firme nesta Corte Superior de Justiça o entendimento no sentido de que não existe divergência entre julgados que apreciam o mérito do recurso e outros que não o fazem, por falta de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade' (AgRg nos EREsp 930.248/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, DJe de 22/11/2012).

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 297.711/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2013, DJe 14/11/2013).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. REEXAME DE PROVA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

1. A parte agravante não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, o qual se mantém por seus próprios fundamentos.

2. Agravo regimental não provido"

(AgRg no AREsp 61.815/ES, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/10/2012, DJe 08/10/2012-grifou-se).

Por fim, no que diz respeito à violação dos artigos 322 e 492 do Código Civil/2015 sem razão a recorrente; o pedido mais abrangente inclui o de menor abrangência, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO DE FAMÍLIA. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535, I E II, DO CPC. REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não se constata violação ao art. 535, I e II, do Código de Processo Civil quando a col. Corte de origem dirime, fundamentadamente, todas as questões que lhe foram submetidas. Havendo manifestação expressa acerca dos temas necessários à integral solução da lide, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte, fica afastada qualquer omissão, contradição ou obscuridade.

2. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte Superior, 'não é extra petita a sentença que, diante do pedido de exoneração total de pensão, defere a redução dos alimentos. Como se sabe, no pedido mais abrangente se inclui o de menor abrangência' (REsp 249.513/SP, Rel. Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, QUARTA TURMA, julgado em 6/3/2003, DJ de 7/4/2003, p. 289).

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (REsp nº 1.352.321/PB, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado 24/2/2015, DJe 20/3/2015).

"ALIMENTOS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. AUSÊNCIA DE

Superior Tribunal de Justiça

PREQUESTIONAMENTO. PENSÃO. FIXAÇÃO DE SEU MONTANTE.

- *Não incorre em julgamento extra petita a sentença que, apreciando pedido de exoneração de alimentos, reduz o quantum da pensão.*

- *Dissenso interpretativo insuscetível de configurar-se quanto à alegada unidade da pensão alimentícia, abrangendo a um só tempo a parte cabente à ex-mulher e à filha. Aplicação dos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, § 2º, do RISTJ.*

- *Em sede de recurso especial, não se reexamina matéria probatória (Súmula nº 7-STJ).*

Recurso especial não conhecido" (REsp 263.667/MG, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2001, DJ 11/03/2002, p. 257 - grifou-se).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO-CONFIGURAÇÃO. REDUÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA DO ALIMENTANTE. NECESSIDADE-POSSIBILIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. *Não há como caracterizar o julgamento extra petita, partindo da premissa fática firmada no acórdão. O autor requereu na inicial a diminuição da verba alimentar em relação a uma das partes, para que passasse a pagar 50 % (cinquenta por cento) da mensalidade do curso superior. Ocorre que a agravante já concluiu o curso superior. A exoneração, no caso, da verba alimentar, não pode ser caracterizada como decisão extra petita, mas apenas como consequência lógica do pedido.*

2. *Inviável alteração da conclusão da Corte local acerca da condição financeira do alimentante, sem que haja revisão do acervo fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ e impede o conhecimento do recurso por ambas alíneas do permissivo constitucional.*

3. *Agravo regimental a que se nega provimento"* (AgRg no Ag 1387975/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 27/06/2011- grifou-se).

Assim, tem incidência a Súmula nº 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cabendo à recorrente 50% (cinquenta por cento) dessa quantia, os quais devem ser majorados em 5% (cinco por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA

Relator